



Atribuição BB CY 4.0

POR QUE A CARREIRA DOCENTE TEM DEIXADO DE SER ATRATIVA?

***Argumentos baseados na baixa remuneração,
formação inadequada e violências no ambiente
escolar***

Herick Gonçalves Limoni¹

Resumo

A atividade docente sempre teve grande importância para o desenvolvimento das sociedades. Contudo, tal profissão vem sendo desprestigiada ao longo do tempo, perdendo o *status* que outrora possuía, através de um processo gradual de desvalorização e proletarização da atividade docente, impactando diretamente na atração e retenção de profissionais, os quais decidem se dedicar a outras atividades consideradas mais vantajosas. No Brasil, esse processo atinge de maneira mais incisiva os professores do ensino básico, e muitos são os fatores que contribuíram para essa perda de prestígio. O artigo pretende trazer à luz três elementos que têm impactado nesse processo: baixa remuneração, formação inadequada e violências no ambiente escolar. É preciso ressignificar essa profissão, de modo a fomentar a atração de profissionais mais bem capacitados, buscando resgatar o prestígio dessa atividade essencial, e, consequentemente, o interesse em exercê-la.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestre e Bacharel em Administração de Empresas. E-mail: hericklimoni@yahoo.com.br.

Palavras-chave

Educação; desvalorização; proletarização; violências.

Recebido em: 02/08/2024
Aprovado em: 06/12/2024

WHY HAS THE TEACHING CAREER CEASED TO BE ATTRACTIVE?

Arguments based on low pay, inadequate traininf and violences in the school environment

8

Abstract

Teaching activity has always been of great importance for the development of societies. However, this profession has been discredited over time, losing the status it once had, through a gradual process of devaluation and proletarianization of the teaching activity, directly impacting the attraction and retention of professionals, who decide to dedicate themselves to other activities considered more advantageous. In Brazil, this process affects primary school teachers most incisively, and there are many factors that contributed to this loss of prestige, among which we highlight the triad: low pay, inadequate training and violence in the school environment. It is necessary to give new meaning to this profession, in order to encourage the attraction of better qualified professionals, seeking to restore the prestige of this essential activity, and, consequently, the interest in carrying it out.

Keywords

Education; devaluation; proletarianization; violence.

1 Introdução

Não há qualquer tipo de dúvida sobre a importância da atividade docente. A esta profissão, que para alguns nem chega a ser tão profissional assim (Fernández Enguita, 1991), deve-se boa parte do desenvolvimento das sociedades. Para reforçar essa importância, basta recordarmos que no Brasil, na década de 1920, estimava-se que cerca de 80% da população era formada por analfabetos, sendo tal situação considerada “a vergonha do século” (Nagle, 1974, p. 100). Hoje, segundo dados do Censo (IBGE, 2022), esse percentual é de apenas 7% entre as pessoas com 15 anos ou mais de idade.

Esse avanço significativo na alfabetização dos brasileiros foi pavimentado através da atuação abnegada de muitos professores, os quais, no geral, ainda que não devidamente valorizados e reconhecidos, não deixaram de executar suas atividades, de modo a construir pontes que pudessem transformar a vida daqueles para os quais lecionaram.

A despeito de todo o relevante avanço, há que se ressaltar que ainda há muito por fazer. A alfabetização é um passo importante, mas não se pode olvidar que só isso não basta. É premente e necessário progredir nesse processo, buscando desenvolver uma capacidade crítica nos professores e alunos, para que, no futuro, tenhamos cidadãos capazes não só de ler e interpretar textos simples, mas que também tenham a capacidade de realizar uma interpretação hermenêutica, ler nas entrelinhas, de enxergar nuances por detrás dos escritos e falas, de analisar criticamente cenários e perspectivas.

Para que isso se torne possível, é preciso que se tenham profissionais engajados, capacitados e valorizados, de modo a ressignificar essa profissão tão importante, e, para isso, é primordial entendermos alguns motivos que têm impactado na atratividade da docência. O presente artigo busca lançar luz a três elementos que têm impactado diretamente nesse processo de desvalorização e desprestígio da atividade docente: baixa remuneração, formação inadequada e violências no ambiente escolar.

2 Indutores de desprestígio da atividade docente

A escolha por uma profissão passa por diversos fatores que podem estar ou não interligados. Questões como condições de trabalho, plano de carreira, reconhecimento e remuneração estão entre os principais motivos que levam uma pessoa a escolher e se manter em determinada profissão.

Há tempos que a atividade docente vem perdendo prestígio no país, contribuindo para sua pouca atratividade frente a outras profissões. Várias questões interferem nesse processo, dentre os quais se destacam a baixa remuneração oferecida, a formação inadequada e os

problemas relacionados às violências, que estão presentes no cotidiano das escolas, dentro ou fora delas. Ressalta-se que essa perda de prestígio também foi observada em países da Europa e da América do Norte, segundo Tardif e Lessard (2008).

Tais problemas, atrelados a outros, interferem diretamente no processo de escolha dos jovens pela futura profissão, os quais têm buscado profissões não só mais rentáveis financeiramente, mas também que gozem de certo prestígio junto à sociedade. A esse respeito Elacqua *et al* (2018, p. 17) fazem um questionamento se a carreira docente seria atraente atualmente:

10

A carreira docente é uma profissão atraente hoje em dia? Uma radiografia do estado atual mostra que os jovens da América Latina estão pouco interessados em ser professores. Agrega-se a isto o fato de ser uma carreira de pouco prestígio. Em geral, entende-se que uma profissão não é prestigiada ou é de baixo status se ela é pouco valorizada pela população. Essa avaliação depende da percepção pública de como uma profissão se compara a outras em vários aspectos, como sua relevância para a sociedade, o respeito pelo conhecimento adquirido por quem a exerce, bem como o nível salarial. Apesar da grande relevância social da carreira docente, a avaliação pública da profissão é baixa devido, entre outras razões, à preparação insuficiente dos professores na região e por ser uma ocupação que, tradicionalmente, é mal remunerada.

Em que pese ser uma profissão reconhecidamente importante, tal reconhecimento não se traduz em termos de valorização e de prestígio. Essa preocupação com a valorização da atividade docente fica clara nas palavras de Ristum (2010, p. 67): “A implementação de uma política de valorização da educação e do magistério é urgente e deve voltar-se para a formação dos professores, a partir de soluções para os problemas estruturais da educação, como é o caso de melhores condições de trabalho e salários dignos”.

A melhoria das questões estruturais apontadas, na formação de professores, acompanhadas da valorização e reconhecimento profissional, aliadas a um ambiente seguro e propício para o exercício do magistério pode representar um ganho significativo na qualidade do ensino ofertado, melhorando os índices educacionais e a qualidade de vida dos profissionais.

2.1 A questão da baixa remuneração

Em pesquisa realizada com ex-professores da rede pública de ensino do Estado de São Paulo, Laupo e Bueno (2003) detectaram os principais motivos que levaram os professores a desistir da profissão: a baixa remuneração associada às péssimas condições de trabalho; a baixa remuneração e a oportunidade de emprego mais rentável; a baixa remuneração associada à necessidade de tempo livre para concluir a pós-graduação; a baixa remuneração vinculada com a falta de perspectiva de crescimento profissional; a falta de perspectiva

quanto às mudanças na rede de ensino; o nascimento de filhos; a baixa remuneração, mais o desencanto com a profissão; a baixa remuneração associada à mudança de cidade; a falta de condições dignas de trabalho; a insatisfação com a estrutura do sistema educacional; os problemas de saúde; e trabalhar em negócio próprio.

Percebe-se que, dos treze motivos apontados na pesquisa, seis deles estão ligados diretamente à questão da baixa remuneração, sendo este um fator preponderante para a atração e retenção de profissionais. Nesse sentido, é preciso que se busque uma política remuneratória que seja vista como satisfatória por aqueles que ainda estão por se decidir pela nova profissão, bem como estabelecer um plano de carreira atrativo, que permita que esses profissionais, que escolheram dedicar-se à profissão docente, mantenham-se motivados a continuar exercendo o ofício.

Em uma sociedade de consumo, não surpreende o fato de que a remuneração seja vista como o principal fator de atração da atividade docente, em detrimento de outras vantagens, tais como plano de carreira, plano de saúde, fomento à formação e à pesquisa etc. Lado outro, a baixa remuneração tende a repelir os bons profissionais, fazendo-os escolher outras profissões consideradas mais rentáveis e com maior prestígio. É preciso ressaltar, porém, que a questão remuneratória, ainda que prioritária para muitos profissionais, representa somente um dos motivos que têm afastado os profissionais da atividade docente, conforme se depreende das palavras de Fernández Enguita (1991, p. 41):

Os docentes vivem hoje, e desde há muito, uma crise de identidade que se tem visto refletida numa patente de mal-estar e, mais recentemente, em agudos conflitos em torno de seu estatuto social e ocupacional, dentre os quais a polêmica salarial tem sido apenas a parte visível do iceberg.

No caso em questão é possível afirmar, pelos dados da pesquisa apresentados, que a remuneração compreende não só a ponta, mas boa parte do *iceberg* que se tornou a questão da atratividade e da retenção profissional na atividade docente. Corroborando com esta assertiva, apresentam-se as conclusões de um levantamento realizado por Nunes (2023), com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), coletados no segundo semestre de 2023, em todo o país. Segundo a autora, das onze ocupações com menores rendimentos no ano de 2023, seis estão ligadas diretamente à atividade docente, sendo que os professores do pré-escolar ocupam a última posição, com salário médio de R\$ 2.285,00, e o professor do ensino fundamental ocupa a décima posição, com salário médio de R\$ 3.554,00. Na posição diametralmente oposta estão os médicos, com salário médio de R\$ 18.475,00.

Por essa razão, os cursos de medicina são, ano após ano, os mais concorridos nas universidades públicas brasileiras, confirmado a predileção por um salário mais alto

quando da escolha das futuras profissões. Contudo, é preciso destacar que no caso das profissões que gozam de certo prestígio, este não advém somente dos bons salários, mas também de mecanismos de regulação e controle que permitam uma atuação independente, livre de interferências danosas, que as fazem prestigiadas pela sociedade, como é o caso não só dos médicos, mas também dos engenheiros, advogados, arquitetos etc. Tais profissões têm em comum entidades que defendem a classe, regulam a atividade, tem voz ativa quando da formulação de leis e, para além disso, desenvolvem papel fundamental na assessoria para aprovação ou revogação de cursos, junto ao Ministério da Educação. Desta maneira, conseguem garantir um mínimo de qualidade e homogeneidade no processo de formação profissional, algo que está longe de acontecer com a atividade docente, como veremos a seguir.

2.2 Os impactos da falta de formação específica e adequada

Em seu texto, Fernández Enguita (1991) destaca cinco características para se definir uma profissão, quais sejam: competência, vocação, licença, independência, e auto-regulação. No quesito competência, o autor destaca que “o profissional supõe-se tecnicamente competente em um campo do conhecimento do qual estão excluídos os que não o são. Sua competência deve ser o produto de uma formação específica, geralmente de nível universitário” (Fernández Enguita, 1991, p. 43). O componente vocacional é criticado por Nóvoa (2022, p. 77), para quem esse discurso de que a atividade docente tem como característica a vocação “causa graves danos à profissionalização docente”.

A questão da formação específica suscitada por Fernández Enguita representa grande obstáculo à questão da profissionalização docente, e consequentemente, a um processo de valorização dessa importante profissão. Diferentemente dos médicos, advogados e arquitetos, citados por ele, cujas profissões são reguladas por estatutos, a atividade docente, por muitos anos, foi exercida com pouco ou nenhum controle, muito mais baseada na experiência pessoal do que na capacidade técnica. Essa questão também foi apontada por Tardif e Lessard (2008, p. 26), para os quais a perda de prestígio do trabalho docente se agravou, apontando, dentre outras causas, que “a formação profissional é deficiente, dispersiva, pouco relacionada ao exercício concreto do serviço.”

Não é demais ressaltar que, como colônia portuguesa, o sistema de educação brasileiro foi bastante influenciado por Portugal. Com a chegada da Família Real, algumas medidas foram tomadas no campo educacional, principalmente com relação à instrução de nível superior. Porém, de início, pouco ou nada foi feito a respeito da chamada educação

elementar (Villela, 2000). Essa situação começou a mudar durante o reinado de Dom João VI, no início do século XIX,

(...) onde se inicia um controle progressivo do Estado sobre a educação formal e as primeiras iniciativas para organizar um sistema de instrução primária. Nesse período, são nomeados cerca de 120 professores e aposentados outros 30 a 40. Percebe-se pela documentação oficial um início de normatização (solicitações, autorizações, exigência de juramento, um currículo mínimo como expectativa). Tem-se também notícia de que D. João nomeou o Conde da Barca, um simpatizante do método de ensino mútuo, para estudar a implantação de um sistema de instrução aqui. Um professor foi enviado à Inglaterra com o propósito de estudar esse método e houve várias iniciativas de sua implantação no interior da corporação militar (Villela, 2000, p. 99).

Percebe-se claramente que é a partir desse momento que há uma tentativa de se profissionalizar a atividade docente, estabelecendo-se, de uma forma bastante tímida e incipiente, algumas normatizações e exigências que iriam nortear a atividade.

Não obstante essa tentativa, iniciada há mais de um século, a situação persiste ainda hoje, tendo como uma de suas causas a baixa atratividade da profissão, que tem impacto direto no processo de profissionalização. Conforme prévia do Censo Escolar 2023, divulgada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), nos anos iniciais do ensino fundamental apenas 36,3% dos professores de língua estrangeira têm formação adequada. A situação se repete em algumas disciplinas dos anos finais do ensino fundamental, como artes, na qual apenas 47,9% dos professores têm formação adequada, e língua estrangeira, que figura na relação com 45,3%.

Vale ressaltar que em nenhuma das disciplinas do ensino fundamental há a totalidade de professores com a formação adequada - o que seria o ideal - fazendo-se necessária a substituição por docentes de outras áreas, fato que impacta negativamente na profissionalização da classe, contribuindo ainda mais para a desvalorização da profissão.

Outro fator que tem impacto direto na qualidade da formação são os cursos oferecidos na modalidade de ensino à distância (EAD). No Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), de 2021, os cursos presenciais obtiveram melhores resultados tanto no conceito ENADE quanto no Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD), quando comparados aos cursos na modalidade EAD, com diferenças de 12 pontos percentuais no número de cursos com faixas 4 e 5. Há que se ressaltar que a oferta de cursos de EAD teve um aumento exponencial no país nos últimos anos. Segundo dados do Censo Escolar 2021 (INEP), entre 2011 e 2021 houve um crescimento de 474% dos ingressantes nos cursos do ensino à distância, enquanto houve uma redução de 23,34% dos ingressantes no ensino presencial. Alguns fatores ajudam a explicar esse crescimento, como o valor mais acessível das mensalidades, uma maior flexibilidade para os estudos, principalmente nos cursos assíncronos, e a possibilidade de adequar os horários de estudo

em virtude do trabalho e outros afazeres. Por essa razão, no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), de 2021, foi verificado que o perfil dos estudantes que optam pelo EAD são pessoas mais velhas, casadas e que trabalham 40 horas ou mais por semana.

Mais um dado interessante extraído do referido exame diz respeito às licenciaturas, que figurou com 63% dos participantes, sendo que 53,6% desse total eram estudantes dos cursos de pedagogia. Associado a isso, temos que, ao serem perguntados sobre qual a principal razão para terem escolhido um curso de licenciatura, apenas 5% responderam tratar-se de uma boa carreira, e somente 21% responderam ser uma profissão importante. Quando questionados se pretendiam exercer o magistério após o término do curso, 18% responderam ainda não haver se decidido, enquanto 5% foram enfáticos ao responderem que não.

Talvez aqui resida a explicação do motivo pelo qual muitos dos docentes que estão hoje nas salas de aula têm outras formações que não as licenciaturas, visto que muitos que estão sendo preparados nas faculdades e universidades para exercer a atividade docente não têm o interesse em seguir na profissão ou só vão se decidir por ela mais tarde, caso não encontrem um emprego mais bem remunerado ou decidam acumular a docência com outra atividade mais rentável, ficando aquela em segundo plano. É um claro indício do desprestígio dessa atividade tão importante. Temos, ainda, a questão da formação deficitária dos cursos na modalidade EAD, quando comparados aos cursos presenciais, pois a formação inadequada e ineficiente representa um entrave à profissionalização, culminando em uma política salarial insatisfatória que irá impactar negativamente na atração de novos profissionais.

Aliado a isso, temos a questão da mercantilização da educação, que resultou em exponencial crescimento na oferta de vagas nas instituições privadas de ensino superior, crescimento este que, segundo Cunha (2007), teve início no regime militar com a oferta de subsídios indiscriminados para a iniciativa privada no campo educacional, passou pela transição democrática, foi realçada no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, período em que foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que reconheceu a possibilidade de lucro por instituições de ensino privadas, chegando ao PROUNI, lançado no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, que ao buscar atender ao alunado que não conseguia vaga nas universidades públicas, subsidiando cursos na iniciativa privada, fomentou ainda mais esse movimento de expansão do ensino superior privado.

A respeito desse crescimento no nível superior de ensino, Cunha (2007, p. 823) destaca que

Nesse nível, o crescimento do setor privado apresentou intensidade inédita, superando em

muito a velocidade de expansão do ensino público. Enquanto que o número de estudantes das instituições públicas foi multiplicado por 13, de 1965 a 2005, esse fator foi de 46 para as privadas. O resultado foi que a participação relativa do setor público, nas matrículas, que era de 56,3%, no início do período focalizado, despencou para 27,3% ao seu fim.

É certo que muitas dessas vagas foram disponibilizadas na modalidade de EAD, que como vimos, teve um crescimento vertiginoso entre 2011 e 2021, e cujos resultados no ENADE ficam aquém dos resultados observados nos cursos presenciais, o que pode indicar certa deficiência nos processos formativos dessa modalidade de ensino.

Para além da questão remuneratória e da formação deficitária, tem-se na questão da violência no ambiente escolar mais um componente dessa tríade de fatores que contribuem para essa aversão à atividade docente, e sobre a qual discutiremos a seguir.

2.3 O problema das violências

Inicialmente, cumpre esclarecer que o termo “violências” está sendo utilizado no plural, tendo em vista as diversas formas sob as quais esse fenômeno pode se manifestar. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), os tipos de violência são divididos em três categorias (autoinflingida, interpessoal e coletiva). Trataremos, no presente caso, da violência interpessoal, que pode ser classificada, de acordo com a natureza, em física, psicológica, sexual, moral, patrimonial e por negligência, por serem essas as violências que mais ocorrem no ambiente escolar.

Não é demais lembrar que a escola, como espaço de socialização e que está inserida no cotidiano da sociedade, não está imune às violências que afligem essa mesma sociedade. Pelo contrário, é necessário considerar os elementos macrossociológicos que envolvem essas comunidades, dentre eles o problema da violência. Hoje, infelizmente, é bastante comum que a violência ultrapasse os muros dos educandários, atingindo não só alunos, mas também os profissionais que neles trabalham. Porém, é preciso lembrar que a questão da violência escolar não é atual. Charlot (2002), ao analisar o fenômeno na França, apontou a existência de algumas explosões de violência já no século XIX. No Brasil, precisamos esclarecer que, apesar de as violências atualmente fazerem parte do cotidiano, os professores não estão preparados para lidar com elas. Esse despreparo fica claro nas palavras de Ristum (2010, p. 70), quando afirma que “antes caracterizada como externa à escola, a violência passa a fazer parte do cotidiano escolar, transformando uma realidade para a qual os professores, de modo geral, se sentem despreparados.” A violência, nestes casos, funciona também como um componente que impacta negativamente na atração de novos profissionais.

Conforme dados de pesquisa realizada pelo Instituto Semesp (Tokarnia, 2024), realizada com 444 docentes de escolas públicas e privadas, entre os dias 18 e 31 de março de 2024, mais da metade dos respondentes (52,3%) relataram já terem passado por algum tipo de violência enquanto exercia sua atividade profissional. Dentre os tipos de violência relatados destacam-se a agressão verbal (46,2%), a intimidação (23,1%) e o assédio moral (17,1%). Em que pese não haver informações sobre outros tipos de violências sofridas pelos professores, sabe-se que muitos são ameaçados e até agredidos fisicamente, por alunos ou parentes destes, em razão de condutas praticadas durante a atividade docente, como se vê no relato a seguir: “Uma professora nos relatou seu medo de reprovar, ou até mesmo de dar notas baixas aos alunos, pelas ameaças veladas que recebia. Contou-nos, a título de exemplo, a fala de um aluno ao receber uma nota baixa: ‘por menos que isso já morreu um’” (RISTUM, 2010, p. 82).

Se analisarmos a situação pela perspectiva de Durkheim (2008), para quem a educação deve ser essencialmente uma questão de autoridade, vislumbraremos de forma mais clara os desafios que professores enfrentam em razão da violência, pois o temor, como no relato acima, impedirá o profissional de exercer em plenitude sua atividade.

A questão da autoridade docente, notadamente em relação à perda desta autoridade, também foi trabalhada por Arendt *apud* Assis e Marriel (2010, p. 41), para quem

Muitos dos problemas enfrentados pela escola se devem à crise da autoridade na sociedade contemporânea, perdendo-se o elo da tradição que assegurava a transmissão de conhecimentos técnicos e, principalmente, dos valores fundantes da vida em sociedade. A perda da autoridade que se iniciou na esfera política afetou a esfera privada, e por essa razão a autoridade foi contestada, em primeiro lugar, na família e na escola (Arendt, 1961).

Tal assertiva vai ao encontro das ideias de Durkheim (2008), para quem os conceitos de moral e autoridade estão intrinsecamente interligados, os quais outrora tinham na família seu centro gravitacional. A perda de autoridade, e consequentemente de autonomia profissional causada pelo medo de ser vítima de violência, é mais um ingrediente nessa miscelânia de fatores que contribuem para a desvalorização da atividade docente.

3 Considerações finais

O desafio para a retomada do prestígio da profissão docente é hercúleo. Como vimos, a profissão vem passando por um processo decadencial ao longo dos últimos anos, fomentado por vários e diversos fatores. Além das já complexas características que permeiam a profissão, pelo fato de a atividade docente ser eminentemente social, cujo material de trabalho, o ser humano, é naturalmente complexo, há que se destacar que tal atividade é altamente influenciada pelas transformações pelas quais a sociedade, e

consequentemente as pessoas, passam. E estas mudanças têm reflexos diretos no ambiente escolar.

Estamos atravessando um momento de transição geracional, onde muitos dos professores nascidos e formados no século XX lecionam para alunos do século XXI, os quais nasceram na era da informação e da tecnologia, onde quase tudo acontece muito rápido. É por isso que José Pacheco, fundador da escola da Ponte, em Portugal, diz que “não é aceitável um modelo educacional em que alunos do século XXI são ‘ensinados’ por professores do século XX, com práticas do século XIX.” Há de se ter uma reformulação total, não somente das práticas pedagógicas, mas também e principalmente da mentalidade dos professores, os quais devem buscar uma formação atual e adequada ao novo tempo. Nas palavras de Imbérnon (2015, p. 77), “uma nova formação deve estabelecer mecanismos para desaprender e, então, voltar a aprender”. É preciso dar alguns passos para trás, sem que isso seja visto como um retrocesso, para que se possa voltar a avançar.

Somados aos problemas trazidos junto a esse “conflito” de gerações, temos os indutores de desprestígio da atividade docente sobre os quais tratamos – baixa remuneração, a falta de formação específica e adequada e as violências - que, juntos, atuam para repelir os bons profissionais das salas de aulas, fazendo com que as vagas existentes muitas vezes sejam preenchidas por profissionais sem o preparo adequado e sem a vontade fundamental de transformar pelo conhecimento. E esse fenômeno repelente não atua somente sobre os eventuais e potenciais ingressantes, como vimos, mas também sobre aqueles profissionais que já se encontram atuando. Segundo a mesma pesquisa do Instituto SEMESP, já citada, “oito em cada dez professores da educação básica já pensaram em desistir da carreira. Entre os motivos estão o baixo retorno financeiro, a falta de reconhecimento profissional, a carga horária excessiva e a falta de interesse dos alunos.”

E todo este cenário desolador culmina em um ciclo que se retroalimenta, ou seja, profissionais mal remunerados, com formação deficiente e atuando em ambientes de insegurança tendem a perpetuar este processo de desprestígio, desvalorização e deterioração da imagem da profissão junto à sociedade, visto que os bons profissionais, que teriam maior potencial de mudar essa realidade, não se sentem atraídos pela atividade docente.

Para interromper ou pelo menos minimizar esse deletério processo, faz-se necessário que todos – governo, profissionais, sociedade – voltem suas atenções para esta que é, sem dúvidas, uma das profissões mais importantes de qualquer sociedade minimamente organizada, a fim de garantir remuneração justa e condizente com a complexidade da tarefa de ensinar os futuros cidadãos do país, proporcionar formação adequada e de qualidade para estes profissionais e garantir-lhes um ambiente seguro para

que possam exercer sem receios suas atividades cotidianas.

Sem que sejam implementadas mudanças significativas nos fatores apontados, pouco ou nada poderá ser feito para salvar a carreira docente desse deletério processo de desprestígio pelo qual a atividade vem padecendo há anos.

Referências

ASSIS, S. G. de; MARRIEL, N. de S. M. Reflexões sobre violência e suas manifestações na escola. In: ASSIS, SG., CONSTANTINO, P., and AVANCI, JQ., orgs. **Impactos da violência na escola: um diálogo com professores.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação/ Editora FIOCRUZ, 2010, pp. 41-63.

CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez 2002, p. 432-443.

CUNHA, L. A. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o estado e o mercado. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 100, p. 809 – 829, 2007.

DURKHEIM, É. **A Educação Moral**. Petrópolis: Vozes. 2008.

ELACQUA, G. et al. **Profissão Professor na América Latina:** Por que a docência perdeu prestígio e como recuperá-lo? Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), 2018.

FERNÁNDEZ ENGUITA, M. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n. 4, p. 41-61, 1991.

IMBERNÓN, F. Novos desafios da docência no século XXI: a necessidade de uma nova formação docente. In: Bernardete Angelina Gatti et al. **Por uma revolução no campo da formação de professores**. 1 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2015, p. 75-82.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40098-censo-2022-taxa-de-analfabetismo-cai-de-9-6-para-7-0-em-12-anos-mas-desigualdades-persistem#:~:text=Em%202022%C2ohavia%C2ono%20pa%C3%ADs,%2Co%25%20deste%20contingente%20populacional>. Acesso em: 02 jul. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Enade**. Brasília, 2017. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2017/Pedagogia_Licenciatura.pdf. Acesso em: 03 jul. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Enade**. Brasília, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2021/Enade_2021_Relatorios_Sintese_Area_Pedagogia.pdf. Acesso em: 03 jul. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar 2023**. Resumo técnico. Versão Preliminar. Brasília, INEP, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf. Acesso em: 03 jul. 2024.

LAPO, F. R.; BUENO, B. O. Professores, desencanto com a profissão e abandono do magistério. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 65-88, mar. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/yYkBtNybQ5SXvYrypXvswzh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 jul. 2024.

NAGLE, J. **Educação e Sociedade na Primeira República.** São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

NÓVOA, A. **Escolas e professores:** proteger, transformar, valorizar. Salvador: SEC/IAT, 2022

NUNES, J. Veja as profissões com os piores salários no Brasil; professor de pré-escola lidera a lista. **G1**, 17 out. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2023/10/17/veja-as-profissoes-com-os-piores-salarios-no-brasil-professor-de-pre-escola-lidera-a-lista.ghtml>. Acesso em: 02 jul. 2024.

RISTUM, M. Violência na escola, da escola e contra a escola. In: ASSIS, SG., CONSTANTINO, P., and AVANCI, JQ., orgs. **Impactos da violência na escola:** um diálogo com professores. Rio de Janeiro: Ministério da Educação/ Editora FIOCRUZ, 2010, pp. 65-93.

TARDIF, M; LESSARD, C. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

TOKARNIA, M. Oito em cada dez professores já pensaram em desistir da carreira. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 08 mai. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2024-05/oito-em-cada-dez-professores-ja-pensaram-em-desistir-da-carreira>. Acesso em: 05 jul. 2024.

VILLELA, H. de O. S. **O mestre escola e a professora.** In: LOPES, Eliane M.T., FARIA FILHO, Luciano M. & VEIGA, Cynthia G. 215 (Orgs.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.